

RELATÓRIO | 2016

Aquisição, Oneração e
Alienação dos bens imóveis do
domínio privado do Estado e
dos Institutos Públicos





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2016	3
2.1 Aquisição onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2016.....	3
2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2016	4
2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2016	4
2.4 Permuta de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2016	6
3. CONCLUSÃO	7

QUADROS

Quadro 1 Aquisição onerosa de imóveis pelo Estado.....	4
Quadro 2 Imóveis alienados pelo Estado e institutos públicos.....	5
Quadro 3 Imóveis alienados por Ministério	5
Quadro 4 Tipo de procedimento de alienação	6
Quadro 5 Imóveis alienados por Entidade adquirente	6
Quadro 6 Comparativo Aquisições vs. Alienações e Onerações	7

ANEXOS

Anexo 1 Mapa 1 - Aquisição onerosa de imóveis pelo Estado em 2016	
Anexo 2 Mapa 2 – Oneração de imóveis do Estado em 2016	
Anexo 3 Mapa 3 - Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2016	



1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é elaborado de acordo e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto¹, designadamente, a apresentação de informação pelo Governo à Assembleia da República sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos.

A sua preparação teve por base a informação produzida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das atribuições e competências que lhe estão cometidas, e ainda nos dados que a esta são comunicados pelas entidades intervenientes nas respetivas operações imobiliárias.

Assim, em anexo ao presente documento, são apresentados três mapas, nos quais constam a identificação e localização dos imóveis, o valor da avaliação, o valor da transação e a identificação dos contratantes:

- Mapa 1 – Aquisição onerosa de imóveis pelo Estado em 2016;
- Mapa 2 – Oneração de imóveis do Estado em 2016;
- Mapa 3 – Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2016.

As operações imobiliárias supra descritas encontram o seu enquadramento legal junto do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário público, da Lei Orçamental e respetivo decreto-lei de execução orçamental em vigor em cada ano civil, e ainda, no que concerne à constituição de onerações, em legislação própria. Importa referir que as aquisições para o Estado por via expropriativa não são elencadas neste Relatório dado o seu procedimento não decorrer do Decreto-Lei n.º 280/2007, nem correr pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Nessa decorrência, a inobservância do Decreto-Lei n.º 280/2007, designadamente quando não tenha sido recolhida a competente autorização do membro do governo responsável pela área das finanças, não tenha havido instrução do respetivo processo junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças ou não exista comunicação sobre a concretização da operação imobiliária podem prejudicar a exaustividade dos elementos constantes dos mapas em anexo.

¹ Alterado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.



2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2016

2.1 Aquisição onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e por institutos públicos em 2016

De acordo com o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a aquisição onerosa, para o Estado, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, quando o valor da aquisição seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa.

Tratando-se da aquisição onerosa para os institutos públicos, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, cujo valor seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças e ao membro do Governo responsável pela tutela autorizar essa aquisição. Quando o valor da aquisição seja igual ou superior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem, compete ao Primeiro-Ministro autorizá-la. Caso o valor da aquisição exceda o montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para o Primeiro-Ministro autorizar despesa, a sua autorização compete ao Conselho de Ministros.

No ano de 2016, e conforme se ilustra no Mapa 1, anexo ao presente relatório, o Estado adquiriu património imobiliário no valor de 31.158.400,00 €, não tendo sido adquiridos imóveis pelos institutos públicos.

Não se registaram, igualmente, no ano de 2016, aquisições onerosas de direitos reais menores nem pelo Estado, nem por institutos públicos.

Conforme representado no Quadro 1, os imóveis adquiridos em 2016, foram-no por dação em cumprimento, para regularização de passivos a favor do Estado, e por transação judicial, tendo em vista sanar o diferendo² existente entre o Estado Português e o Município do Porto, relativo a parte dos terrenos onde se encontra implantado o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, sendo que o valor de transação do conjunto de parcelas de terreno³ adquiridas

² Este diferendo foi sanado mediante acordo de Transação Judicial o qual previa a compensação do Município devido ao reconhecimento, por parte deste, da titularidade dos terrenos do referido Aeroporto a favor do Estado.

³ Para efeitos do presente relatório, e por forma a não distorcer a análise numérica produzida uma vez que se tratam de parcelas de terreno que já integram uma única infraestrutura aeroportuária, serão as mesmas consideradas como um único imóvel.



por Transação Judicial representa 92% do valor global de transação registado em 2016, conforme se evidencia no Quadro 1.

Quadro 1
Aquisição de imóveis pelo Estado

Modalidade aquisitiva	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Dação em cumprimento	1	50	2.458.400,00	8
Transação Judicial	1	50	28.700.000,00	92
Total	2	100	31.158.400,00	100

2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2016

Para além da constituição de direitos de superfície sobre imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos, regulada no Decreto-Lei n.º280/2007, de 7 de agosto, podem ainda ser constituídos outros direitos reais de gozo sobre os imóveis referidos, *vg* servidões de passagem e servidões administrativas.

No que se refere ao ano de 2016, apenas se registou a oneração de 1 imóvel do Estado, consubstanciada numa servidão de passagem a favor do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado ImolImperial, pelo valor de 533.757,00 €, não sendo conhecida a constituição de onerações sobre imóveis de institutos públicos que tenham transitado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Esta operação imobiliária é evidenciada no Mapa 2, anexo ao presente relatório.

2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2016

De acordo com o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, os imóveis do domínio privado do Estado e os imóveis dos institutos públicos cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não seja conveniente podem ser objeto de alienação.

Podem igualmente ser vendidos imóveis afetos a fins de interesse público desde que fique assegurada a continuidade da prossecução de fins dessa natureza.

Compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a venda dos imóveis do Estado e dos institutos públicos e a escolha do respetivo tipo de procedimento.

A decisão de adjudicação compete ao Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, no caso de imóveis do Estado, ou ao respetivo órgão de direção, no caso de imóveis dos institutos públicos.



Para além das modalidades de alienação previstas no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, há ainda que realçar que, a coberto do Código das Expropriações, podem os imóveis do Estado ser objeto de expropriação por outras entidades, sendo que tal ato ainda que configurando uma aquisição originária para o expropriante, não pode deixar de se considerar na vertente do expropriado como diminuição do seu património, configurando assim uma alienação na perspetiva do sujeito expropriado.

Conforme melhor se demonstra no Quadro 2 em 2016 foram alienados 27⁴ imóveis que correspondem a um valor de transação de 46.888.434,37 €, sendo que cerca de 77% deste valor foi alcançado através da alienação de imóveis do Estado.

Quadro 2
Imóveis alienados pelo Estado e institutos públicos

Entidade Alienante	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Estado Português	15	55%	30.162.816,37	64%
Institutos públicos	11	41%	16.278.118,00	35%
Estado/Instituto (compropriedade)	1	4%	447.500,00	1%
Total	27	100%	46.888.434,37	100%

No quadro seguinte segue a distribuição por Ministério dos imóveis alienados pelo Estado e por institutos públicos, em 2016, donde se retira que o Ministério que mais imóveis disponibilizou para alienação foi o das Finanças, 33%. Por outro lado, constata-se que os imóveis disponibilizados pelo Ministério da Defesa Nacional representam 58% do valor total de transação.

Quadro 3
Imóveis alienados por Ministério

Ministérios	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento	3	11%	77.681,00	0%
Defesa Nacional	3	11%	27.161.600,00	58%
Educação e Ensino Superior	1	4%	12.000.000,00	26%
Finanças	9	33%	1.558.919,37	3%
Justiça	7	25%	703.368,00	1%
Negócios Estrangeiros	1	4%	1.660.366,00	4%
Saúde	1	4%	379.000,00	1%
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1	4%	2.900.000,00	6%
Finanças e Saúde (Compropriedade)	1	4%	447.500,00	1%
Total	27	100%	46.888.434,37	100%

⁴ Inclui 2 benfeitorias construídas pelo Estado em terrenos da propriedade da Junta de Freguesia da Amareleja.



Tal como se verifica no quadro seguinte, e no que concerne ao tipo de procedimento adotado na alienação de imóveis, 59% foram alienados por hasta pública, 33% por ajuste direto, 4% por negociação e 4% por transação judicial, sendo que os imóveis alienados por hasta pública representam 69% do valor total de transação.

Quadro 4
Tipo de Procedimento de alienação

Procedimento de Alienação	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Hasta Pública	16	59%	32.189.918,00	69%
Ajuste Direto	9	33%	13.024.881,00	28%
Negociação	1	4%	1.660.366,00	3%
Transação Judicial	1	4%	13.269,37	0%
Total	27	100%	46.888.434,37	100%

Conforme se pode concluir da leitura do quadro 5, dos 27 imóveis alienados, 81% foram adquiridos por particulares e empresas privadas e 15% por autarquias locais.

No que concerne ao valor de transação, 73% (34.150.484,00 €) representa alienações a particulares e empresas privadas e 25% (12.000.000,00 €) corresponde a uma alienação à Comunidade Imamat Ismail⁵, sendo que só esta venda representa 92% do valor das alienações efetuadas por ajuste direto.

Quadro 5
Imóveis alienados -Entidade Adquirente

Entidades Adquirentes	Imóveis		Transação	
	N.º	%	Valor (€)	%
Autarquias Locais	4	15%	737.950,37	2%
Empresas Privadas	12	44%	31.411.300,00	67%
Particulares	10	37%	2.739.184,00	6%
Comunidade Imamat Ismaili	1	4%	12.000.000,00	25%
Total	27	100%	46.888.434,37	100%

A identificação dos imóveis alienados consta do Mapa 3, anexo ao presente Relatório.

2.4 Permuta de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2016

A permuta é um contrato inominado cujo núcleo essencial consiste na prestação de uma coisa por outra.

⁵ Reconhecido o excecional interesse público e venda autorizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2016, de 9 de maio de 2016.



De acordo com o artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto podem ser efetuadas permutas de imóveis do Estado e dos institutos públicos desde que os imóveis a adquirir revistam especial interesse para o Estado ou instituto público e que o valor da avaliação dos imóveis a adquirir não exceda em 50% os imóveis dados em permuta.

No que se refere ao ano de 2016, não se verificaram permutas de imóveis.

3. CONCLUSÃO

No ano de 2016, verifica-se que o valor realizado com as alienações supera em 15.730.034,37 € o valor despendido com a alienação de imóveis, sendo o número de imóveis alienados superior em 25 aos imóveis adquiridos, conforme se pode ver no Quadro 6.

Quadro 6
Comparativo Aquisições/Alienções e Onerações

Aquisição de imóveis		Alienação e oneração de imóveis		Saldo alienação e oneração vs. aquisição	
N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)
2	31.158.400,00	28	47.422.191,37	26	16.263.791,37

Lisboa, em 27 de janeiro de 2017

MAPA 1
Aquisição onerosa de Imóveis pelo Estado em 2016

Identificação do imóvel	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Direito Adquirido/Modalidade da Aquisição	Data Efetiva da Transação	Fim da Aquisição	Adquirente		Alienante		Valor da Avaliação	Valor da Transação
	Distrito	Concelho	Freguesia							Proprietário	NIF	Proprietário	NIF		
Lote 3.12.01, sito no Parque das Nações	Lisboa	Lisboa	Parque das Nações	5673/Santa Maria dos Olivais	232-Parque das Nações	PU	Propriedade/Dação em Cumprimento	30-12-2016	Dação em cumprimento para regularização de parte do passivo da Parque Expo 98, SA (em liquidação) junto do Estado Português	Estado Português	501 481 036	Parque Expo 98, SA (em liquidação)	503 000 019	2.458.400,00 €	2.458.400,00 €
Terrenos sitos no perímetro do Aeroporto Francisco Sá Carneiro (Prédios com a área global de 1.216.953m ²)	Porto	Maia Matosinhos	Vila Nova da Telha Perafita	Diversas	Diversos	PU	Propriedade/Compra por Transação Judicial	30-09-2016	Regularização do Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Estado Português	501 481 036	Município do Porto	501 306 099	28.700.000,00 €	28.700.000,00 €
													(*)		
													TOTAL	31.158.400,00 €	31.158.400,00 €

(*) Esta avaliação não foi realizada no âmbito do D-L 280/2007, de 7 de agosto

MAPA 2
Oneração de Imóveis do Estado

Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Forma de Oneração	Data efetiva da Transação	Entidade Alienante					Entidade Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação
									Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário	NIF		
Prédio denominado "Quartel das Janelas Verdes" sito na Rua Presidente Arriaga n.ºs 9 a 17 e Travessa da Cruz da Rocha n.º 1-A, Lisboa	Lisboa	Lisboa	Estrela	1263/Santos-o-Velho CRP Lisboa	2226/Estrela	PU	Servidão de Passagem	21-12-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério da Administração Interna	Guarda Nacional Republicana	600 008 878	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imoimperial	720 008 611	533.757,00 €	533.757,00 €
Total															533.757,00 €	533.757,00 €	

MAPA 3
Alienação de Imóveis do Estado e dos Institutos Públicos

Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Forma de Alienação	Data efetiva da Transação	Entidade Alienante					Entidade Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transação
									Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário	NIF		
Edifício designado por Escola Conde Castelo Melhor, antigo "Externato Marquês de Pombal", sito na Av.º Heróis do Ultramar n.º 40, Pombal	Leiria	Pombal	Pombal	27129/Pombal CRP Pombal	3727/Pombal	PU	Ajuste direto	04-02-2016	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município do Pombal	506 334 562	719.000,00 €	719.000,00 €
Antigas instalações do Hospital da Marinha, sitas no Largo Dr. Bernardino António Gomes (Pai) e Rua do Paraíso n.º 7 e 9, Lisboa	Lisboa	Lisboa	São Vicente	2781/Santa Engrácia CRP Lisboa	2325/São Vicente	PU	Hasta Pública	19-05-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	600 086 640	Bronze Venture, Lda	510 892 876	12.032.000,00 €	17.936.500,00 €
Terreno para construção, com 19.859,63 m2, sito na Praia de Albarquel, Setúbal (Bateria de Albarquel PM37/Setúbal)	Setúbal	Setúbal	União das Freguesias de Setúbal (S. Julião, N.º Srª da Anunciada e Santa Maria da Graça)	1221/Setúbal (N.º Srª da Anunciada) 1.º CRP Setúbal	6631/União das Freguesias de Setúbal (S. Julião, N.º Srª da Anunciada e Santa Maria da Graça)	PU	Hasta Pública	13-05-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	600 086 640	Investimentos Imobiliários, S.A.	502 116 072	2.225.000,00 €	2.225.100,00 €
Moradia sita na Rua José Carvalho Araújo n.º 271, Cascais	Lisboa	Cascais	União das Freguesias de Cascais e Estoril	5830/Cascais 1.º CRP Cascais	3040/União das Freguesias de Cascais e Estoril	PU	Hasta Pública	02-06-2016	Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	503 767 336	Ministério da Saúde	Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	503 767 336	Valor Líquido, Lda	507 848 691	379.000,00 €	379.000,00 €
Edifício sito na Rua da Emenda n.ºs 41-47 e Travessa Guilherme Cossoul, Lisboa	Lisboa	Lisboa	Misericórdia	527/Encarnação CRP Lisboa	83/Misericórdia	PU	Hasta Pública	29-06-2016	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	501 442 600	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	501 442 600	Margem Coloquial - Unipessoal, Lda.	513 661670	2.900.000,00 €	2.900.000,00 €
Edifício da Chancelaria do ex-Consulado de Portugal em Nogent-Sur-Marne, em França, sito em 4, Avenue des Marronniers, 94130 Nogent-Sur-Marne, França	França	Paris	-	-	-	PU	Negociação	Escritura em 29-01-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	600 014 576	Sociedade denominada "Saril Des 4 Marronniers"	818 008 336	1.600.000,00 €	1.660.366,00 €
Fração autónoma "G", correspondente ao 1º Esqº do prédio sito na Rua das Fontainhas n.º 15, Lisboa	Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	1-G/S.Cristóvão e S. Lourenço CRP Lisboa	1388-G/Santa Maria Maior	PU	Hasta Pública	22-07-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Carvalho & Ramilo, Investments & Consulting, Lda	503 824 682	75.000,00 €	99.000,00 €
Moradia sita na Rua Eça de Queiroz n.º 18, Beja	Beja	Beja	União de Freguesias de Beja (Santiago Maior e São João Batista)	1517/Beja (S. João Batista) CRP Beja	557/União de Freguesias de Beja (Santiago Maior e São João Batista)	PU	Hasta Pública	11-08-2016	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	João Miguel de Matos	229 728 936	238.500,00 €	273.018,00 €
Moradia sita Av.º Carneiro Gusmão n.º 42, Pinhel	Guarda	Pinhel	Pinhel	3739/Pinhel CRP Pinhel	3657/Pinhel	PU	Hasta Pública	11-08-2016	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Carlos Francisco Mendes Martins	166 135 348	90.000,00 €	90.000,00 €
Fração autónoma "F", correspondente ao 2º Esqº do prédio sito no Gaveto da Praça João de Deus Ramos com a Rua de Oliveira Lote B, Alcobaça	Leiria	Alcobaça	União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria	263-F/Alcobaça CRP Alcobaça	669-F/União das Freguesias de Alcobaça e Vestiaria	PU	Hasta Pública	11-08-2016	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Maria de Fátima Costa Capelão	169 446 107	65.400,00 €	67.100,00 €
Fração autónoma "B", correspondente ao 1º Diº do prédio sito na Rua António Sérgio Lote 50, Caldas da Rainha	Leiria	Caldas da Rainha	União de Freguesias das Caldas da Rainha	2007-B/Caldas da Rainha CRP Caldas da Rainha	3209-B/União de Freguesias das Caldas da Rainha	PU	Hasta Pública	13-09-2016	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	508 136 644	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	600 082 440	Maria Helena Lameiro Rosa Frutuoso	103 855 408	72.000,00 €	72.000,00 €
Fração autónoma "D", correspondente ao 1º Esqº do prédio sito na Rua Leite Vasconcelos n.º 18, Lisboa	Lisboa	Lisboa	São Vicente	1860-D/Santa Engrácia CRP Lisboa	1742-D/São Vicente	PU	Hasta Pública	31-10-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Carvalho & Ramilo, Investments & Consulting, Lda.	503 824 682	89.900,00 €	133.500,00 €
Edifício sito na Rua Paio Peres Correia, n.º 29, Lisboa	Lisboa	Lisboa	Penha de França	777/Beato CRP Lisboa	1080/Penha de França	PU	Hasta Pública	08-11-2016 17/11/2016	Estado Português e Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	501 481 036 503 767 336	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro Rovisco Pais	600 006 441 503 767 336	Libânio Costa - Construções, Unipessoal Lda	507 165 870	350.000,00 €	447.500,00 €
Fração autónoma "J" correspondente ao 4º Diº do prédio sito na Alameda das Linhas de Torres n.º 254, Lisboa	Lisboa	Lisboa	Lumiar	1909-J/Lumiar CRP Lisboa	691-J/Lumiar	PU	Hasta Pública	06-10-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Élia Maria Bernardino Gomes Baeta	103 778 004	202.000,00 €	202.200,00 €
Fração autónoma "B" correspondente ao 1º Diº do prédio sito na Rua Prof. Lima Basto n.º 81, Lisboa	Lisboa	Lisboa	São Domingos de Benfica	2556-B/ São Sebastião da Pedreira CRP Lisboa	1127-B/São Domingos de Benfica	PU	Hasta Pública	18-11-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	João Carlos Alves Fernandes	160 265 320	118.500,00 €	126.500,00 €
Fração autónoma "J" correspondente ao 3º Diº do prédio sito na Rua Conselheiro Martins Carvalho n.º 5, Lisboa	Lisboa	Lisboa	Belém	213-J/Ajuda CRP Lisboa	3150-J/Belém	PU	Hasta Pública	28-11-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Carvalho & Ramilo, Investments & Consulting, Lda	503 824 682	110.000,00 €	136.500,00 €
Fração autónoma "E2" correspondente ao 2º andar do Bloco A2 do prédio sito no Caminho D. João, Funchal	Madeira	Funchal	Imaculado Coração de Maria	82-E2/Imaculado Coração de Maria CRP Funchal	1666-A2E2/Imaculado Coração de Maria	PU	Hasta Pública	21-12-2016	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Sandro Nelson Vasconcelos Sousa	218 407 483	102.000,00 €	102.000,00 €
Edifício sito no Largo de Santo António da Sé n.º 1 e Travessa de Santo António da Sé n.º 21, Lisboa	Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	237/Sé CRP Lisboa	1077/Stª Maria Maior	PU	Hasta Pública	18-11-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	600 086 640	Travessia Santo António Holdings, S.A.	514 162 481	3.114.000,00 €	7.000.000,00 €
Prédio denominado "Palácio Henrique de Mendonça/Casa Ventura Terra" sito na Rua Marquês da Fronteira n.ºs 18 a 28, Lisboa	Lisboa	Lisboa	Avenidas Novas	1407/São Sebastião da Pedreira CRP Lisboa	2415/Avenidas Novas	PU	Ajuste direto	11-10-2016	Universidade Nova de Lisboa	501 559 094	Ministério da Educação e Ensino Superior	Universidade Nova de Lisboa	501 559 094	Imamat Ismaili	510 783 490	12.000.000,00 €	12.000.000,00 €
Casa florestal denominada C-98, sita em Misarela, Pedroso, Armamar	Viseu	Armamar	Armamar	2274/Armamar Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Armamar	751/Armamar	PU	Transação Judicial	28-11-2016	Estado Português	501 481 036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Junta de Freguesia de Armamar	510 832 881	13.269,37 €	13.269,37 €
Fração autónoma "L" correspondente ao 3º Diº frente do prédio sito na Rua Francisco Horta, n.º 9, Faro	Faro	Faro	União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	1235-L/Sé CRP Faro	5783-L União de Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Ajuste direto	16-11-2016	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Sociedade Unipessoal, Lda	509 594 050	47.950,00 €	47.950,00 €
Prédio misto sito no Sargaçal em Lagos	Faro	Lagos	União das Freguesias de Lagos	1908/Lagos CRP Lagos	U-1185 e R/20 da seção B/União de Freguesias de Lagos	PM	Ajuste direto	05-11-2016	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	600 006 441	Hugo Miguel de Oliveira Henriques	201 209 586	81.000,00 €	81.000,00 €
Benfeitorias denominadas "Casa Florestal F-131" e "Casa do Viveirista" implantadas no Perímetro Florestal das Ferrarias, Amareleja	Beja	Moura	Amareleja	Omisso	2629/Amareleja 2630/Amareleja	PU	Ajuste direto	07-12-2016	Estado Português	501481036	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	Junta de Freguesia da Amareleja	506 893 685	5.681,00 €	5.681,00 €
Fração autónoma "E" correspondente ao 2º andar do prédio sito na Rua General Teófilo da Trindade, n.º 84, Beja	Beja	Beja	Santa Maria da Feira	507/Santa Maria da Feira CRP Beja	1293/Santa Maria da Feira	PU	Ajuste direto	21-12-2016	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Denise Cristina Lopes correira Pinto	227 386 132	65.000,00 €	65.000,00 €
Fração autónoma "G" correspondente ao 3º Diº do prédio sito na Rua Aboim Ascensão n.º 8, Faro	Faro	Faro	União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	169 -G/ Faro (S. Pedro) CRP Faro	5542-G/União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Ajuste direto	21-12-2016	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Valor Líquido, Lda	507 848 691	55.250,00 €	55.250,00 €
Fração autónoma "I" correspondente ao 4º Diº do prédio sito na Rua Aboim Ascensão n.º 8, Faro	Faro	Faro	União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	169-I/ Faro (S. Pedro) CRP Faro	5542-I/União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro)	PU	Ajuste direto	21-12-2016	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Valor Líquido, Lda	508 848 691	51.000,00 €	51.000,00 €

Total 36.801.450,37 € 46.888.434,37 €